

Planificação participativa para REDD+

A experiência de aplicação do programa Bolsa Floresta para Moçambique



Planificação participativa para REDD+

A experiência de aplicação do programa Bolsa Floresta para Moçambique

Coordenação Geral: Virgílio Viana

Coordenação Técnica: João Tezza Neto e Valcleia Solidade

Fotografias: Acervo FAS

Redacção e Organização dos textos (Por ordem alfabética): Celly Santos, Francisco Pinto, Luiza Lima, Mauro Cristo, Rosival Dias, Suelen Marostica e Thais Megid

Impressão: Park Communications, UK

Revisão: Isilda Nhantumbo

FAS, 2012. Planificação participativa para REDD+: A experiência de aplicação do programa Bolsa Floresta para Moçambique/ Virgílio Viana, João Tezza Neto, Valcleia Solidade, Celly Santos, Francisco Pinto, Luiza Lima, Mauro Cristo, Rosival Dias, Thais Megid – fundação amazonas sustentável.

ISBN: 978-1-84369-884-5

Código do produto: 13563IIED

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	4
APRESENTAÇÃO.....	5
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. O PROGRAMA BOLSA FLORESTA E A FAS.....	11
3. A ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA... 14	
3.1 O PAPEL DO FACILITADOR	14
3.2. OS SEMINÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA.....	18
3.2.2 Os Seminários do Programa Bolsa Floresta	22
a. INÍCIO: ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS.....	24
b. SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO PROGRAMA BOLSA FLORESTA E CAPACITAÇÃO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	29
c. SEMINÁRIOS DA COMPONENTE ASSOCIAÇÃO.....	30
d. SEMINÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA RENDA E SOCIAL: planos de investimento em renda e melhorias sociais	31
3.3 AVALIAÇÃO DOS SEMINÁRIOS.....	33
a. AVALIAÇÃO PONTUAL	33
b. O CENÁRIO DO SEMINÁRIO.....	34
c. PROCESSAMENTO DOS DADOS E ARQUIVOS	34
d. CONCLUSÕES E ACÇÕES DE SEGUIMENTO.....	34
3.4. MATRIZ DE SUSTENTABILIDADE: UMA FERRAMENTA DE PLANIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA	34
3.4.1 A Matriz como ferramenta de avaliação participativa das comunidades.....	36
3.4.2 A Matriz como Ferramenta de Construção de Futuro	37
4. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA.....	38
4.1 PESQUISAS DE OPINIÃO.....	38
4.2 PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES DE PESQUISA	40
5. CONCLUSÕES.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

ACRÓNIMOS

CCBA – Aliança do Clima, Comunidade e Biodiversidade

CEUC– Centro Estadual de Unidades de Conservação

CIFOR – Centro Internacional de Pesquisas Florestais

CTV - Centro Terra Viva

FAS – Fundação Amazonas Sustentável

IIED – Instituto Internacional para Ambiente e Desenvolvimento

MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

MINAG – Ministério da Agricultura

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável (Lei SNUC nº 9.985 de 18 de Julho de 2000)

REDD – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação

SDS – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a todos os parceiros governamentais e não-governamentais, principalmente aos que atuam na implementação do Programa Bolsa Floresta, dentre os quais: colaboradores da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS/CEUC) e parceiros da Cooperação Sul-Sul para REDD: Ministério Para a Coordenação Da Acção Ambiental (MICOA), Ministério da Agricultura (MINAG), Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Centro Terra Viva (CTV) e Indufor Oy (Inteligência Florestal). Agradecimentos especiais à Isilda Nhantumbo e aos colegas do IIED (Instituto Internacional para o Ambiente e Desenvolvimento) pela coordenação e contribuição e à Embaixada da Noruega de Maputo, pelo apoio financeiro.

APRESENTAÇÃO

Planificação Participativa para REDD+: a Experiência do Programa Bolsa Floresta é uma publicação da **Fundação Amazonas Sustentável (FAS)** produzida pelos seus colaboradores a partir das experiências obtidas com o **Programa Bolsa Floresta**, iniciativa de pagamento por serviços ambientais que vem sendo implementada no Estado do Amazonas, Brasil.

Este manual foi desenvolvido como parte das actividades do projecto *Cooperação Sul-Sul REDD: Uma iniciativa Brasil-Moçambique para o desmatamento zero, de relevância pan-africana*. Esta iniciativa envolve um grupo multi-institucional, composto pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), Ministério da Agricultura (MINAG), Fundação Amazonas Sustentável (FAS), Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Centro Terra Viva (CTV) e Indufor Oy, com o apoio da Embaixada Norueguesa de Maputo e a coordenação técnica do Instituto Internacional para o Ambiente e Desenvolvimento (IIED).

O objectivo deste manual é documentar o trabalho da equipe da FAS em relação à temática de planificação participativa do Programa Bolsa Floresta, para que seja utilizado em actividades de capacitação em diferentes locais, como um dos componentes utilizados na preparação da equipe para a implementação de actividades de REDD+ ou outras relacionadas.

Para cada situação, os envolvidos deverão adaptar os métodos às peculiaridades da região, mas podem considerar dicas e sugestões que julgarem pertinentes e interessantes. De uma forma ou de outra, alguns princípios gerais são os mesmos em qualquer situação. Promover a participação efectiva não é tarefa simples, o engajamento deve ser contínuo.

O manual está dividido em seis secções. Inicia com uma breve introdução sobre o tema e, no capítulo 2 apresenta-se o Programa Bolsa Floresta e a Fundação Amazonas Sustentável (FAS). O Capítulo 3 trata do papel fundamental do facilitador no processo de planeamento participativo do Programa Bolsa Floresta. O Capítulo 4 descreve “passo-a-passo” a planificação de implementação do Programa junto às comunidades, incluindo diversas componentes e espaços de discussão. A matriz de sustentabilidade, ferramenta utilizada pela FAS para actividades de planificação e avaliação participativa das acções é apresentada no Capítulo 5 e no Capítulo 6 são descritos os recursos que a FAS utiliza para a avaliação do Programa Bolsa pelos beneficiários e outros actores envolvidos no processo.

Este manual apresenta os métodos que vêm sendo utilizados pelos mobilizadores e facilitadores da FAS para garantir o envolvimento social, por meio da promoção da participação local, de forma comprometida e responsável. Estes factores são fundamentais no alcance dos resultados positivos que têm vindo a ser registados no Estado do Amazonas.

Espera-se que este manual contribua para uma maior promoção da participação local na tomada de decisão sobre projectos e programas de REDD+.

1. INTRODUÇÃO

A conservação das florestas, tanto no Brasil como em África, depende do apoio a pequenos e médios empreendimentos de base florestal (Nhancale *et al.*, 2009). É essencial fazer com que a floresta tenha mais valor em pé do que derrubada. Sobretudo, isso deve ser transformado numa mensagem simples e clara, capaz de ser internalizada pelas lideranças políticas e pelos formuladores de políticas públicas (Brockhaus *et al.*, 2012; CGEE, 2011; EPRI, 2012). A mensagem também deve ser captada pelas comunidades e outros utentes da floresta, que contribuem para o desmatamento e degradação florestal. É a mudança de práticas destes que irá contribuir na mitigação das mudanças climáticas.

A discussão sobre o potencial do carbono no fomento do manejo florestal no Brasil tem uma longa história (Viana *et al.*, 2012), mas apenas nos últimos anos passa a ter impacto prático relevante. Resultado dessas discussões, foi o desenvolvimento do mecanismo REDD+, sigla para redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, manejo sustentável das florestas, conservação e aumento de reservas de carbono florestal (Caixa 1 'O que é REDD?').

O REDD+ é hoje uma das principais oportunidades para valorizar a floresta em pé e para promover a melhoria da qualidade de vida das populações (Viana, 2009a). Existem mais de 17 projectos de REDD+ em desenvolvimento na América Latina, em diferentes estágios de implementação e resultados (Cenamo *et al.*, 2010). Existem iniciativas promissoras de REDD+ para populações indígenas na Amazônia Brasileira (Valle, 2010). O Brasil conta com estudos importantes para a constituição de um sistema nacional de REDD+ (CGEE, IPAM, SAE/PR, 2011).

O Projecto de REDD da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma foi o primeiro projecto de REDD+ certificado do Brasil e das Américas e o primeiro do mundo a receber o nível ouro de qualidade pelo padrão CCBA – Climate, Community and Biodiversity Alliance (Viana *et al.*, 2008).

O Projecto é fruto de uma parceria entre a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), o Governo do Estado do Amazonas e a rede de hotéis Marriott International, tendo contado com o apoio técnico do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - Idesam.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Juma é uma das 15 Unidades de Conservação em que o Programa Bolsa Floresta vem sendo implementado pela Fundação Amazonas Sustentável. O Programa Bolsa Floresta é um dos programas pioneiros de pagamentos por serviços ambientais do mundo no contexto do REDD+ (Viana, 2010).

O que é REDD+?

REDD+ é a sigla para “redução de emissões proveniente de desmatamento e degradação, conservação, manejo sustentável de florestas e aumento de reservas de carbono”. O mecanismo de REDD procura fornecer incentivos aos países em desenvolvimento para que realizem tais reduções. Na sua essência, o REDD pretende criar incentivos económicos para valorizar a floresta em pé.

O mecanismo de REDD pode fornecer compensação para governos, comunidades, empresas ou indivíduos se estes estiverem a realizar acções para reduzir emissões de perdas florestais abaixo de um nível de referência estabelecido. O mecanismo de REDD é, assim, uma das categorias de Pagamento por Serviços Ambientais.

A evolução do termo: de RED a REDD+

Dentro das negociações da Convenção do Clima, o mecanismo que inicialmente se chamou RED passou por processos de construção e inclusão de outras actividades no seu escopo. Em 2005, quando o mecanismo foi proposto, incluía apenas desmatamento (RED), e conforme foram sendo incluídas outras actividades, a sigla foi se modificando como descrito abaixo:

1. RED: Redução de Emissões do Desmatamento;
2. REDD: Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal;
3. REDD+: Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal, e o papel da conservação, manejo florestal sustentável e o aumento de reservas de carbono.

Actualmente, mesmo que o projecto não envolva outros elementos, como ‘redução de degradação’, ou ‘aumento das reservas de carbono’, por exemplo, ainda assim a terminologia REDD+ tornou-se a mais amplamente utilizada.

Fonte: Bapna, M. (2010); Cenamo et al. (2010); UN-REDD (2012)

A importância do Projecto Juma está em demonstrar que questões metodológicas podem ser superadas e não constituem um empecilho para a implementação de projectos e programas de REDD+ (Viana *et al.*, 2008).

Devem ser observados, contudo, alguns aspectos importantes. Projectos eficientes de REDD+ devem contemplar a análise efectiva das causas de desmatamento e degradação florestal (Calmel *et al.*, 2010). Ademais, programas de conservação florestal no Brasil ou em África não terão sucesso caso não enfrentem as causas económicas da degradação e do desmatamento florestal (Bond *et al.*, 2010).

Uma das questões fundamentais no debate sobre o mecanismo REDD+ é a fonte de financiamento para as actividades de preparação da prontidão, ou seja, que os países estejam habilitados a receber pagamentos pelas emissões reduzidas e verificáveis. As opções de financiamento para o REDD+, actualmente em consideração, incluem fundos públicos, privados ou a combinação destes. A abordagem da FAS demonstra claramente como fundos públicos combinados com fundos privados (Viana, 2009b) podem trazer recursos necessários para a implementação de um programa robusto, de médio a longo prazo.

Além destes, crê-se também que a aplicação de processos participativos é essencial para o desenvolvimento do REDD+ na escala nacional e nível de projectos (Vatn & Angelsen, 2009). É essencial a adesão das comunidades locais no desenho dos projectos de REDD+ com o objectivo de incorporar os benefícios suplementares à redução das emissões dos gases de efeito de estufa (Viana, 1999; Angelsen, 2008). Estes incluem a conservação da biodiversidade e redução da pobreza no seio das comunidades.

A lógica por detrás deste raciocínio é que se as comunidades locais e outros interessados sejam bem informados, apoiem os esforços para reduzir o desmatamento e degradação e participem activamente na tomada de decisões e na implementação desta actividade de pagamento por serviços ambientais. É mais provável que as florestas sejam conservadas a longo prazo, proporcionando benefícios tanto de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas como conservação da biodiversidade e melhoria das condições de vida da população. É importante, neste sentido, analisar os impactos sociais de projectos e programas de REDD+ para avaliar a sua eficácia (Jagger *et al.*, 2010).

Mas, em linhas gerais, o que se entende por 'planificação participativa'?

Planificar é antecipar mentalmente uma acção a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar algo incrível, essencialmente humano: o real comandado pelo ideal (Vasconcellos, 2006 e Silva, 2008). Percebe-se, assim, que planificação só faz sentido se houver clareza sobre onde se pretende chegar, ou seja, qual o objectivo que se almeja, numa perspectiva de mudança (Vasconcellos, 2000).

A planificação participativa pressupõe o envolvimento das pessoas, principalmente aquelas que serão afectadas pela acção ou seu resultado, nos processos de busca da transformação da realidade.

As estratégias de planificação e gestão compartilhada, por serem participativas, contribuem para o crescimento do capital humano e do capital social, ampliando as possibilidades de empoderamento da população local e facilitando a conquista da boa governação, que são algumas das condições necessárias para o desenvolvimento sustentável (Paula, 2005). Transparência e participação efectiva podem ajudar na redução de percepções negativas e contribuir para resultados e impactos positivos (Richards & Panfil, 2010).

A importância da participação e do envolvimento da sociedade na tomada de decisões, tomando em consideração os interesses dos mais diversos actores e sectores, de forma a favorecer a articulação interinstitucional, a geração de informação e de conhecimento, a participação e o empoderamento, bem como a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões (Pires, 2010).

A importância da participação local desde o princípio das actividades de REDD+, além de reconhecida por estudiosos e também por implementadores de programas e projectos, está também integrada dentro das salvaguardas socioambientais para o

REDD+ tanto nos âmbitos internacional¹ como nacionais e subnacionais². Assim, passará cada vez mais a ser um factor de análise para o reconhecimento ou não de actividades como reais iniciativas de REDD+.

O envolvimento e comprometimento da população local, por sua vez, têm forte relação com o grau de confiança e de comprometimento com o qual os implementadores das actividades se apresentam às comunidades. A participação e o empoderamento incluem elementos essenciais para a construção de um pós-modernismo florestal (Viana *et al.*, 2002).

¹ Sugere-se a leitura do documento REDD+ Social and Environmental Standards. Disponível em http://www.redd-standards.org/files/pdf/lang/english/FactSheet-logo_En.pdf

² Sugere-se a leitura do documento Bonfante, T.M.; Voivodic, M.; Meneses Filho, L. *Desenvolvendo Salvaguardas Socioambientais de REDD+: Um guia para processos de construção colectiva*. Piracicaba, SP: Imaflora, 2010. 40 p.

Envolvimento Sustentável

O conceito de 'envolvimento sustentável', lançado no final do século passado (Viana, 1999), vem recebendo crescente atenção no meio académico. Segue abaixo a transcrição de artigo sobre o tema (Viana, 2009b):

“Para as populações tradicionais “des-envolver” significa perder o *envolvimento* económico, cultural, social e ecológico com os ecossistemas e seus recursos naturais. Junto com o envolvimento, perdem-se a dignidade e a perspectiva de construção da cidadania. Perde-se ainda o saber e, com ele, o conhecimento dos sistemas tradicionais de manejo que, ao contrário do que normalmente se pensa, podem conservar os ecossistemas naturais de forma mais efectiva do que os sistemas técnicos convencionais. O processo de degradação ambiental acelera-se com o êxodo e o “des-envolvimento”.

Segundo o dicionário *Michaelis*, *desenvolver* significa “tirar o invólucro, descobrir o que estava encoberto”; *envolver* significa “meter-se num invólucro, comprometer-se”. Dessa forma, poderíamos dizer que envolver uma pessoa ou comunidade significa retirá-la do seu invólucro ou contexto ambiental; descomprometê-la com o seu ambiente.

Talvez seja oportuno pensar num novo conceito a partir dessa perspectiva caiçara (vide nota abaixo). Seria mais coerente mudar o nosso paradigma para o "envolvimento sustentável"?

Por envolvimento sustentável poderíamos entender o conjunto de políticas e acções visando fortalecer o envolvimento das sociedades com os ecossistemas locais, fortalecendo e expandindo os seus laços sociais, económicos, culturais, espirituais e ecológicos; com o objectivo de buscar a sustentabilidade em todas essas dimensões (Viana, 1999).

O Programa Bolsa Floresta teve, na sua formulação, a meta de promover o envolvimento sustentável das populações tradicionais e indígenas do Amazonas.

Fonte: Viana (2009b)

N.B: **Caiçara** é uma palavra de origem tupi que se refere aos habitantes das zonas litorais brasileiras. Inicialmente designava apenas a indivíduos que viviam da pesca de subsistência. Mais tarde, o termo caiçara passou a designar diversos itens de cunho cultural no litoral brasileiro, mais precisamente no sul e sudeste^[1]. As comunidades caiçaras

2. O PROGRAMA BOLSA FLORESTA E A FAS

A **Fundação Amazonas Sustentável (FAS)** foi formalmente instituída em Fevereiro de 2008, com a missão de promover o envolvimento sustentável, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades moradoras e utentes das Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas.

O **Programa Bolsa Floresta (PBF)** é, actualmente, o maior programa de pagamento por serviços ambientais executado pela FAS. Trata-se de uma compensação financeira pelos serviços prestados pelas populações tradicionais e indígenas do Amazonas para a conservação das florestas. Pode, também, ser visto como um investimento inicial na cadeia produtiva de serviços ambientais. Com o Programa Bolsa Floresta, reconhecemos que a conservação das florestas é resultado das atitudes das pessoas, especialmente daqueles que vivem ao redor e no interior das florestas: os guardiões da floresta (Viana, 2009c).

O PBF foi instituído em 2007, por intermédio da Lei 3.135, sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas e da Lei Complementar 53, sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). As leis têm um carácter de inovação e procuram consolidar um ambiente jurídico aplicável à legislação estadual, para estruturar a economia dos serviços e produtos ambientais¹ que confira às comunidades tradicionais direitos aos benefícios oriundos da conservação florestal. O programa foi criado pelo Governo do Estado do Amazonas e a sua primeira etapa foi implementada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS).

Actualmente, esta base legal no Amazonas possibilita que as comunidades que vivem no interior das Unidades de Conservação Estaduais sejam beneficiárias do Programa Bolsa Floresta. Em contrapartida, as famílias comprometem-se, de forma voluntária, a não desmatar florestas primárias e a manter as suas actividades agrícolas e extractivas nas *áreas de produção ao redor das florestas*. É necessário que as famílias possuam documentação pessoal, um atestado do presidente da comunidade referindo que são residentes das UCs há pelo menos dois anos. É igualmente necessário que sejam membros activos e paguem em dia a Associação de Moradores da UC, além de manterem os seus filhos na escola.

A FAS tem como principal atribuição, a implantação do PBF nas UCs de Uso Sustentável³. Por meio do PBF, a FAS recompensa as comunidades pela manutenção dos serviços ambientais e investe em actividades de geração de renda, fortalecimento comunitário, educação e saúde, de acordo com quatro componentes do programa. Estes componentes totalizaram um investimento anual, por família, de R\$ 1.410⁴, em 2011. Estes recursos são divididos da seguinte forma:

³ Unidades de Uso Sustentável é uma categoria de Unidade de Conservação com o objectivo básico de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável da parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

⁴ Taxa de cotação do Real Brasileiro (R\$): 1 USD = R\$ 1,8

Bolsa Floresta Renda (BFR): incentiva a produção sustentável de produtos florestais, tais como: óleos, castanhas, madeira, espécies frutíferas e mel. Para esse componente são destinados anualmente R\$ 396,00, por família. Esses recursos são investidos na compra de equipamentos e instalações e no apoio a actividades de geração de renda.

Bolsa Floresta Social (BFS): destina-se ao apoio à melhoria da educação, saúde, comunicação e transporte, componentes básicos para a construção da cidadania dos guardiões da floresta. É aplicada em acções desenvolvidas em parcerias com os órgãos governamentais responsáveis e instituições colaboradoras. Para esta componente, são destinados anualmente R\$ 350,00.

Bolsa Floresta Associação (BFA): destinada às associações dos moradores das UCs, é equivalente a 10% da soma do montante destinado às famílias cadastradas no Programa Bolsa Floresta Familiar da UC em questão, o que equivale a, em média, R\$ 68,00 por família ano por UC. A sua função é fortalecer a organização comunitária.

Bolsa Floresta Familiar (BFF): inclui o pagamento de uma recompensa mensal de R\$ 50 por mês, o equivalente a R\$ 600,00 por família por ano, pago às mães de famílias residentes das UCs e que estejam dispostas a assumir um compromisso de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. É um importante mecanismo para envolver a população nas actividades de combate ao desmatamento, embora não pretenda ser a principal fonte de renda das famílias. É um complemento de renda paga como recompensa pela conservação da floresta.

Adicionalmente aos 4 componentes do Programa, são implementados 5 programas de apoio: (i) apoio à produção sustentável, (ii) apoio à saúde e educação, (iii) apoio à fiscalização e monitoramento, (iv) gestão de unidades de conservação, e (v) apoio à investigação e desenvolvimento científico. Dentre esses programas, destaca-se o programa de apoio à educação e saúde, desenvolvido nos Núcleos de Conservação e Sustentabilidade.

Até Fevereiro de 2012, 7.239 famílias, um universo de mais de 30 mil pessoas, distribuídas por 15 Unidades de Conservação, numa área de cerca de 10 milhões de hectares (Figura 1) beneficiam directamente do Programa Bolsa Floresta. O alcance desta expressiva marca é consequência, em grande parte, do trabalho de campo realizado pela FAS, cuja experiência na mobilização social é caracterizada pelo melhor uso das metodologias participativas, lúdicas e edu-comunicativas, complementada pela presença de agentes técnicos especializados e profundos conhecedores dos costumes e culturas das comunidades amazonenses, além de uma planificação logística adequada às realidades locais.

- Regional Negro-Amazonas
- Regional Madeira
- Regional Solimões
- Regional Juruá-Jutaí

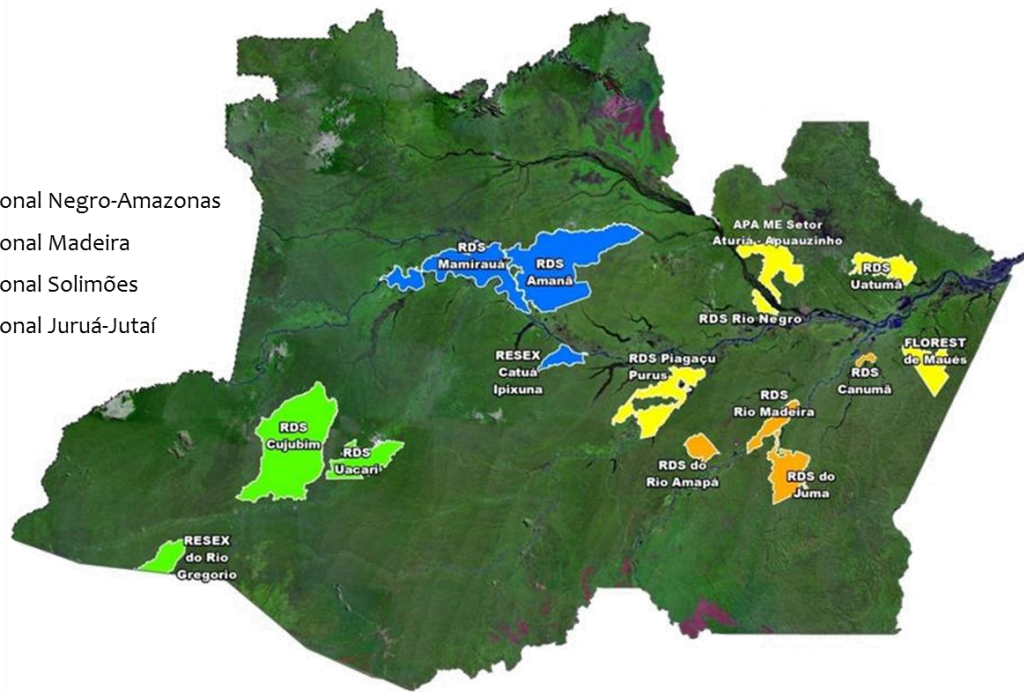


Figura 1. Área de actuação do Programa Bolsa Floresta: 10 milhões de hectares em 15 Unidades de Conservação

3. A ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA

3.1 O PAPEL DO FACILITADOR

O papel do facilitador durante uma reunião ou seminário tem-se tornado cada vez mais necessário, considerando que este tem o papel de extrair o conhecimento e as ideias dos diferentes membros do grupo, procurar incentivá-los a aprenderem uns dos outros, a pensarem e a agirem juntos.

Uma boa facilitação e o empoderamento das pessoas demandam **acção, reflexão, aprendizagem e mudança**, aspectos contínuos e que não têm fim (Chambers, 2002). Portanto, aquele que assume o papel de facilitação de um processo precisa ter sempre em mente a sua responsabilidade de aprender mais, aprender enquanto faz e aprender dos outros. No princípio da participação, ponto que move o trabalho de um facilitador, as pessoas nunca chegam sem nada a compartilhar, sejam dúvidas ou conhecimentos.

Mobilização é uma prática estratégica que envolve a sociedade civil no processo de desenho, planificação, execução, avaliação e sustentabilidade de programas que melhoram a sua qualidade de vida (Ethos, 2012). O facilitador é um agente do processo de mobilização das pessoas. Ele ajuda-as na reflexão das suas causas e na organização das suas actividades.

A FAS, ao inserir este actor no processo, assume que a facilitação leva à aprendizagem e ao processo de mudanças, por meio da indução da participação de todos os beneficiários do Programa Bolsa Floresta. Esta abordagem parte do pressuposto de que **cada pessoa possui algo único e valioso para compartilhar** e que sem a contribuição e o conhecimento de cada pessoa, a capacidade do grupo de compreender ou responder a uma situação diminui.

O facilitador dos seminários do Programa Bolsa Floresta deve **reconhecer os pontos fortes e as habilidades dos membros individuais do grupo presente** nos seminários, ajudando-os a sentirem-se confiantes e à vontade para compartilhar as suas esperanças, experiências, preocupações e ideias, valorizando a diversidade e considerando as diferentes necessidades e interesses dos membros do grupo.

O facilitador deve também levar em consideração a diversidade do público presente, em termos de **género, faixa etária, ocupação, grau de instrução, nível económico e social**. E cabe a ele liderar o processo de discussão, dando o exemplo por meio das suas atitudes.

Durante um seminário do Programa Bolsa Floresta, o papel do facilitador começa com a **tomada de decisão sobre qual a melhor forma de condução das diferentes etapas da actividade**, dividindo os participantes em pequenos grupos ou promovendo o debate por meio de plenárias, tendo sempre em mente a importância de **incluir os mais inibidos e não deixar que as decisões sejam tomadas apenas por um grupo restrito de pessoas**.

Outro importante papel do facilitador é ouvir as diversas ideias, sistematizá-las e posteriormente conduzir o encerramento do processo, através da síntese da discussão. Deve usar sempre uma comunicação clara para os comunitários, sem muito tecnicismo e verificar sempre se os participantes estão a compreender o que foi explicado. Precisa procurar entender os sentimentos expressos durante as discussões, de modo a não tomar partido. É muito importante ter atenção ao cumprimento dos acordos estabelecidos e horários determinados no início dos seminários.

A FAS tem vindo a consolidar um processo que visa socializar os conhecimentos científicos e valorizar os saberes populares à volta dos temas do PBF. Através de jogos de sensibilização e utilizando elementos lúdicos, tais como teatro de bonecos, radionovelas, música e teatro popular, a FAS procura estimular os participantes a ampliarem os seus canais de comunicação e manifestarem-se através de expressões de arte e comunicação. Esse método, que poderia ser denominado “edu-comunicação” multiplica e revela o saber e o sabor de apreender com alegria.

A metodologia aqui apresentada foi aplicada para abordar diferentes temáticas sociais em comunidades ribeirinhas de diferentes realidades, mas em geral, com baixa escolaridade, baixo poder de compra e distantes dos grandes centros urbanos. Sempre que sejam necessárias adaptações, deve-se ter em conta a realidade, foco e basear as adaptações em alguns princípios comuns, como os apresentados na caixa ao lado.

A FAS vale-se do método Andragógico (ver Quadro2), que parte do conhecimento anterior existente, para uma observação concreta, passando por uma análise conjunta onde se agregam informações técnico-científicas.

Trata-se de um processo que procura unir o “sabor ao saber”, tornando a actividade de educação mais agradável e eficiente, constituindo um ambiente de aprendizagem transversal, no qual os conceitos trabalhados são entendidos de forma ampla e ligados ao bem-estar individual, colectivo e alegre.

O que o facilitador deve e não deve fazer.

O facilitador deve:

- ✓ Mostrar respeito;
- ✓ Estabelecer comunicação;
- ✓ Abandonar preconceitos;
- ✓ Assistir, ouvir, aprender;
- ✓ Aprender com os erros;
- ✓ Ser autocrítico;
- ✓ Ser flexível;
- ✓ Ser alegre
- ✓ Apoiar e compartilhar;
- ✓ Ser honesto.
- ✓ Procurar a construção de consenso

O facilitador não deve:

- × Apressar;
- × Dar uma palestra;
- × Criticar;
- × Interromper;
- × Dominar;
- × Sabotar;
- × Ficar muito sério.

Fonte: Adaptado de Chambers (2002)

Independentemente de onde a actividade será desenvolvida, é importante que o facilitador conheça o seu público, seus costumes, suas peculiaridades e limitações, para que seja criado um ambiente confortável e de confiança, onde todos se sintam à vontade para participar e expor as suas dúvidas, impressões e opiniões.

Fundamentos da lógica de aprendizagem dos adultos

- Os adultos são motivados a aprender à medida que acreditam que as suas necessidades e interesses serão satisfeitos. Por isso, criar um sentimento de confiança no processo é um dos pontos mais importantes para se iniciar a organização das actividades de aprendizagem do adulto;
- A orientação de aprendizagem do adulto está centrada na vida; por isso, as unidades apropriadas para se organizar o seu programa de aprendizagem são as situações de vida e não as disciplinas;
- A experiência é a mais rica fonte para o adulto aprender; por isso, o centro da metodologia da educação do adulto é a análise das experiências;
- Os adultos têm uma profunda necessidade de serem autodirigidos; por isso, o papel do educador é engajar-se no processo de mútua investigação com os educandos e não apenas transmitir-lhes o seu conhecimento e depois avaliá-los;
- As diferenças individuais entre pessoas aumentam com a idade; por isso, a educação de adultos deve considerar as diferenças de estilo, tempo, lugar e ritmo de aprendizagem.

Leve em consideração que o adulto tem:

- *Necessidade de conhecer.* Aprendizagem adultos sabem, mais do que ninguém, da sua necessidade de conhecimento e, para eles, o como colocar em prática tal conhecimento no seu dia-a-dia é factor determinante para o seu comprometimento com os eventos educacionais.
- *Auto-conceito de aprendiz.* O adulto, além de ter consciência da sua necessidade de conhecimento, é capaz de suprir essa carência de forma independente. Ele tem capacidade plena de se auto-desenvolver.
- *O papel da experiência.* A experiência do aprendiz adulto é a base da aprendizagem. É a partir dela que ele se dispõe, ou se nega a participar de algum programa de desenvolvimento. O conhecimento do educador, o livro didático, os recursos audiovisuais, etc., são fontes que, por si só, não garantem influenciar o indivíduo adulto para a aprendizagem. Essas fontes, portanto, devem ser vistas como referências opcionais, colocadas à disposição para livre escolha do aprendiz.
- *Prontidão para aprender.* O adulto está pronto para aprender o que decide aprender. A sua selecção de aprendizagem é natural e realista. Em contrapartida, ele nega-se a aprender o que os outros lhe impõem como sua necessidade de aprendizagem.
- *Orientação para aprendizagem.* A aprendizagem para a pessoa adulta é algo que tem significado para o seu dia-a-dia e não apenas a retenção de conteúdos para futuras aplicações. Como consequência, o conteúdo não precisa, necessariamente, ser organizado pela lógica programática, mas sim pela bagagem de experiências acumuladas pelo aprendiz.
- *Motivação.* A motivação do adulto para a aprendizagem está na sua própria vontade de crescimento, o que alguns autores denominam de "motivação interna" e não em estímulos externos vindos de outras pessoas, como notas de educadores, avaliação escolar, promoção hierárquica, opiniões de "superiores", pressão de comandos, etc.

Fonte: Oliveira, A.B. s.d. ANDRAGOGIA. Disponível em http://www.diocese-braga.pt/catequese/sim/biblioteca/publicacoes_online/200/ANDRAGOGIA.pdf

Princípios da Andragogia

1. Compartilhar experiências é fundamental para o adulto, tanto para reforçar as suas crenças, como para influenciar as atitudes dos outros;
2. A relação educacional do adulto é baseada na interação entre facilitador e aprendiz, onde ambos aprendem entre si, num clima de liberdade e pró-acção.
3. A negociação com o adulto sobre o seu interesse em participar de uma actividade de aprendizagem é fundamental para a sua motivação;
4. O centro das actividades educacionais do adulto está na aprendizagem e jamais no ensino;
5. O adulto é o agente da sua aprendizagem e por isso é ele quem deve decidir sobre o que aprender;
6. Aprender significa adquirir: Conhecimento - Habilidade - Atitude (CHA); o processo de aprendizagem implica a aquisição incondicional e total desses três elementos.
7. O processo de aprendizagem do adulto desenvolve-se na seguinte ordem: Sensibilização (motivação) - Pesquisa (estudo) - Discussão (esclarecimento) - Experimentação (prática) - Conclusão (convergência) - partilha (sedimentação);
8. A experiência é o melhor elemento motivador do adulto. Portanto, o ambiente de aprendizagem com pessoas adultas é caracterizado pela liberdade e incentivo para cada indivíduo falar da sua estória, idéias, opinião, compreensão e conclusões;
9. O diálogo é a essência do relacionamento educacional entre adultos, por isso a comunicação só se efectua através dele;
10. A prática educacional do adulto é baseada na reflexão e acção. Consequentemente, os assuntos devem ser discutidos e vividos, para que não se caia no erro de se tornar verbalistas - que sabem reflectir mas não são capazes de colocar em prática; ou activistas - que se apressam a executar, sem antes reflectir nos prós e contras;
11. O educador tradicional prejudica o desenvolvimento do adulto, pois coloca-o num plano inferior de dependência, reforçando, com isso, o indesejável comportamento reactivo, próprio da fase infantil;
12. O educador que exerce a "Educação Bancária" - depositador de conhecimentos - cria a perniciosa relação de "Opressor e Oprimido", que pode influenciar, negativamente, o modelo cognitivo do indivíduo pela vida inteira.

‘Quem tem capacidade de ensinar o adulto é apenas Deus que conhece o íntimo da pessoa e as suas reais necessidades’. Portanto, se você não é Deus, não se atreva a desempenhar esse papel!

Fonte: Oliveira, A.B. ANDRAGOGIA. Disponível em http://www.diocese-braga.pt/catequese/sim/biblioteca/publicacoes_online/200/ANDRAGOGIA.pdf

Nos seminários há um espaço de tempo destinado à criação do “Espaço simpático”, que é o espaço adequado para o processo de construção colectiva e entendimento da necessidade de trabalho de equipa. É onde se combina, fundamentalmente, motivação e confiança - motivação para aprender e confiança no conteúdo a ser desenvolvido. Para ser simpático, este espaço precisa de ideias e energia do grupo. Esses quatro ingredientes somam-se, por fim, a mais um, o sabor. Afinal, saber e sabor têm a mesma origem etimológica: sabedoria. Tudo isso junto, misturado e “cozinhado”, resulta numa deliciosa saúde mental colectiva! Procurando despertar em todos o

vínculo afectivo, a criatividade, o reconhecimento de limites, o desenvolvimento pessoal e social, a formação de grupo, a descoberta das habilidades e potencialidades.

3.2. OS SEMINÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA

A FAS utiliza *metodologias de planificação e orçamento participativo* para definir os seus planos de acção em todas as Unidades de Conservação incluídas no Programa Bolsa Floresta. Para a FAS, a planificação participativa é um espaço de discussão, onde são definidos os projectos em que serão investidos os recursos do Programa e também a forma como se darão as acções para efectivar a implementação destes.

O orçamento participativo é extremamente importante como diferencial de envolvimento. Ainda que os investimentos devam seguir os princípios do PBF, esse mecanismo transfere efectivamente a responsabilidade da decisão sobre em que investir. Esse empoderamento permite um nível alto de engajamento, principalmente nas etapas de manutenção e gestão dos processos implementados. Sendo assim, o processo participativo ganha uma enorme objectividade, pois planeia-se tendo em consideração um orçamento disponível para aplicação imediata.

Para tal, procura-se sempre envolver o maior número possível de moradores das Unidades de Conservação nos processos de construção do Programa Bolsa Floresta, com o intuito não apenas de atender aos interesses da maioria, mas também como forma de acentuar a transparência aos processos de discussão, na tomada de decisões e na utilização dos bens, serviços e equipamentos.

São muitas as actividades que compõem o processo participativo de implementação do Programa Bolsa Floresta. Desde a primeira visita da equipe da FAS à Unidade de Conservação, até a tomada de decisão sobre os investimentos e a avaliação das actividades, muitos aspectos logísticos, explicações e conversas são realizadas. A forma de trabalhar procura, criar nas comunidades, um sentimento de confiança nas propostas e na equipe da FAS, assim como incluí-las como parte intrínseca do processo.

3.2.1 Procedimentos Gerais para os Seminários do Programa Bolsa Floresta

Apesar do conteúdo a ser abordado nos seminários ter as suas peculiaridades, alguns aspectos metodológicos são aplicados a todos os componentes do Programa. A Figura 2 ilustra os passos.

Passos dos seminários comunitários



Figura 2 Etapas da condução de seminários comunitários

Os procedimentos dos seminários incluem:

- 1. Credenciamento dos participantes:** aquando da chegada dos participantes, a equipe do Bolsa Floresta realiza o credenciamento dos participantes, preenchendo uma ficha contendo o nome, comunidade e o número de pessoas da família que estão presentes no seminário, discriminando a sua posição na família e faixa etária (adultos, jovens e crianças). Esta actividade permite conhecer o tamanho e o perfil do grupo participante no seminário. Além de auxiliar na definição de aspectos práticos, como quantidade de comida a ser feita, esta relação ajuda também a definir a melhor forma de abordar os assuntos e as dinâmicas devem ser adequadas ao público.
- 2. Abertura:** Não são necessárias grandes formalidades ou cerimónias, apenas apresentar a equipe e os objectivos da reunião. Se se desejar, pode-se cantar o hino nacional, para conferir ao evento o sentimento de envolvimento e importância.
- 3. Acordo de Convivência:** actividade em que os membros da comunidade são convidados a, junto à equipa mediadora, definir e adoptar formas de conduta que visam facilitar o andamento do seminário, em termos comportamentais, tais como evitar conversas paralelas, não consumir bebidas alcoólicas ou fumar no ambiente de trabalho, entre outros. Os itens acordados são afixados num local de fácil visualização.

4. **Prenda:** esta é uma actividade opcional, mas que pode ser uma ferramenta pedagógica interessante. São acordadas actividades a serem realizadas por aqueles que desrespeitarem algumas das normas definidas no Acordo de Convivência, como dançar, pular, cantar, imitar animais, etc., É importante que essa actividade estabeleça um referencial de que é importante cumprir os compromissos, mas não gere constrangimentos à pessoa ou aos demais participantes. Para isso, é importante que prevaleça o espírito de descontração.
5. **As crianças:** na maioria das vezes, as mães, que participam nos seminários, levam consigo os seus filhos. Para não atrapalhar a concentração, cria-se um espaço, “creche”, destinado a crianças acima de três anos, que ficam sob a supervisão de técnicos da FAS capacitados para o efeito. Com as crianças menores, são desenvolvidas actividades como pintura, confecção de brinquedos e abordados assuntos tais como higiene. Já com as crianças mais velhinhas, pode-se trabalhar temáticas como mudanças climáticas, serviços ambientais e questões relacionadas aos Direitos da Criança e do Adolescente.
6. **Jovens:** Os jovens também são convidados a participar nos seminários e nas capacitações em mudanças climáticas e serviços ambientais. Além disto, podem ser organizados grupos para trabalhar seminários de radiocomunicação comunitária, “jornal comunitário”, propondo a formação de jovens comunicadores sociais.
7. **Confecção do crachá:** o crachá serve para facilitar a identificação e a comunicação directa com e entre os participantes. Para tornar este momento mais interactivo, pode-se organizar alguma dinâmica. Alguns exemplos de dinâmicas para a confecção do crachá são apresentados no quadro ‘Exemplos de dinâmicas de confecção do crachá’.

Outros aspectos importantes são: tornar o ambiente agradável e confortável para todos. Um momento para a apresentação e familiarização dos participantes é importante para quebrar a seriedade e a formalidade.

No trabalho de educação popular é muito importante que a apresentação dos participantes seja feita através de uma dinâmica de grupo, de modo a estimular a participação activa de todos durante o seminário. Alguns exemplos de dinâmicas são apresentados nas caixas ‘Exemplo de dinâmica para apresentação dos participantes’.

Definição da agenda

São vários os factores determinantes para o bom desenvolvimento de um seminário. Um deles é a definição e o cumprimento dos horários pré-estabelecidos. O moderador deve sempre ser o primeiro a chegar para ir se ambientando com o local e identificando os espaços de trabalho.

Nas comunidades da Amazónia, os moradores têm o hábito de acordar muito cedo, a partir das 5 horas da manhã. Devemos aproveitar isso para iniciar os trabalhos dentro dos seus horários. É aconselhável, iniciar os trabalhos a partir das 7:30 e fazer uma pausa de 25 a 30 minutos para tomar um café, beber água ou até “não fazer nada”. O “não fazer nada” é bom para a higiene mental!

O que pode ajudar no cumprimento dos horários, é a utilização do “pagamento de prendas” por aqueles que chegam atrasados.

Além disso, os conteúdos devem ser tratados de diferentes maneiras, sempre atraindo a participação de todos. Em momentos de plenária, os trabalhos são coordenados por moderador(es); para trabalho em grupos, é interessante que se enfatize o critério da divisão dos mesmos – aleatória, por comunidade, por gênero, faixa etária, etc. – procurando ter um máximo de 30 participantes por grupo.

Exemplos de dinâmicas de confecção do crachá

Tempo: 30min

Dar a cada participante um pedaço de cartolina branca (10 X 15) e no centro da sala deixar uma caixa com lápis e giz de cera. Após um exercício de respiração, pede-se aos participantes que pensem num animal e, sem deixar que os demais vejam, desenhem-no mas sem identificá-lo.

À medida que as pessoas terminam os seus desenhos, vão os colocando no centro da sala. O moderador solicita que cada um tire um desenho que não seja o seu. De pé, no centro da sala, após observar a figura, o participante deve fechar os olhos e imitar o barulho do animal desenhado. Cada um deve ir à procura do seu desenho e ao encontrá-lo, faz a “troca”, apresentando-se à pessoa que está com o seu “animal”.

Somente após todos encontrarem os seus desenhos, anuncia-se que serão o crachá. Cada participante escreve o seu nome e a equipe usa o furador para passar o cordão no seu desenho.

Dica: a graça desta dinâmica está em ninguém saber que o desenho será o próprio crachá, o que estimula a imaginação. Por isso, não perfure o papel antes para não evidenciar o objectivo.

Com essa dinâmica podemos perceber muitas coisas:

Se o grupo é criativo ou tem predisposição

Se é um grupo resistente ou com pensamento do “eu não sei”, “eu não consigo”, etc

Esta dinâmica tem outras variações, por exemplo, solicitar que o participante desenhe o crachá do outro. Chamamos de “O feitiço vira contra o feiticeiro”. Neste caso, solicita-se que sejam formadas duplas de pessoas que não se conheçam ou se conheçam pouco. Cada pessoa recebe o cartão e solicita-se que olhe bem para a pessoa que está em frente e desenhe um animal que se pareça com ela. O moderador deve pedir que os desenhos não sejam mostrados uns aos outros, pois trata-se de uma surpresa. Quando todos tiverem terminado, cada participante mostra o desenho e explica porque desenhou determinado animal. No final, ao invés de dar o desenho para a pessoa que o inspirou, cada um deve usar o crachá que desenhou.

É possível fazer uma reflexão com o grupo, sobre a razão por que “ele deveria usar determinado crachá e eu não”.

Exemplo de dinâmica para apresentação dos participantes

Quando o grupo chega, por mais que muitos já se conheçam, é sempre um momento de agitação e, muitas vezes, algumas pessoas que ainda não participaram de nenhum evento, acabam por se excluir. Por isso, deve-se usar a criatividade para, logo no início, integrar todo o grupo, lembrando que cada um tem o seu tempo.

“Quebrar o gelo” vai depender da criatividade do moderador, pois é ele quem irá decidir sobre a melhor dinâmica a aplicar ao grupo.

Muitas vezes, chamar alguém do grupo para cantar já contribui para promover a interação do grupo.

A seguir serão apresentadas algumas sugestões de dinâmicas de apresentação dos participantes.

1. Troca de presentes

“Quem é que eu ainda não conheço? Quem é aquele ali, que eu nunca vi antes?”

Chegou a hora do grupo se conhecer. Formam-se duplas de pessoas desconhecidas, conversam e criam um presente um para o outro. O material para a confecção do presente pode ser diverso: garrafas plásticas, papel, cola, giz de cera e recortes de revistas. Coisas maravilhosas podem ser feitas, possibilitando a descoberta das potencialidades artísticas e a manifestação da criatividade.

Todos a postos, com os seus presentes na mão, inicia-se a presentação: cada um apresenta o seu par para o grupo e dá-lhe o presente.

Esta dinâmica permite que muitas histórias e mitos sejam contados, mensagens e muita coisa bonita dita.

“Transmitir conhecimento é uma honra e um dever, educar é um acto de criar e recriar ideias, viver é acreditar que as manhãs não findam ao meio-dia”.2. Alfabetização Especial

Após um exercício de respiração o grupo é desafiado a formar uma grande roda, porém por ordem alfabética dos nomes. Os nomes são pronunciados. Em seguida, cada um pronuncia o nome do companheiro ao lado e faz um gesto que o caracteriza. Mãos para cima, acrobacia, gestos de dança, mexe-mexe com o corpo e mais uma porção de movimentos alegres e divertidos são permitidos. Por fim, o grupo volta para o seu lugar inicial e cada um fala para o vizinho em que comunidade a pessoa mora. É preciso definir o que é aceitável em outros contextos para a descontração.

3.2.2 Os Seminários do Programa Bolsa Floresta

Os passos empregues pela FAS estão sintetizados no quadro a seguir (Figura 3). Contudo, vale ressaltar que estes foram construídos tendo em vista a realidade do Estado do Amazonas e devem ser repensados para replicação em diferentes locais.



Figura 3. Passo a passo da implementação do Programa Bolsa Floresta

Estas actividades descritas na figura serão detalhadas nas secções seguintes.

Nas secções seguintes serão descritos os métodos de trabalho para desenvolver cada uma dessas actividades, em termos de planificação, conforme indicado na tabela.

Tabela 1. Categoria de Seminários do Programa Bolsa Floresta

Categoria de Seminário	Actividades
1. Actividades preparatórias	<ul style="list-style-type: none"> - Definição da equipe - Visita de preparação - Levantamento socio- ambiental - Pré-seminário
2. Seminários do Programa Bolsa Floresta	<ul style="list-style-type: none"> - Procedimentos gerais - Seminários do Bolsa Floresta Familiar - Seminários do Bolsa Floresta Associação - Seminários do Bolsa Floresta Renda e Social
3. Avaliação dos Seminários	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação pontual - O cenário do seminário - Processamento dos dados - Conclusões e encaminhamentos (ou passos seguintes)

a. INÍCIO: ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS

i. Definição da equipe

Antes de mais nada é importante destacar o perfil da equipe. A equipa deve ser formada por profissionais extremamente preparados para interagir de maneira simples, gentil e respeitosa com os membros da comunidade. Essa postura é fundamental para estabelecer a lógica de protagonismo dos comunitários no processo de decisão. Normalmente, essa postura deixa uma marca muito positiva para a comunidade, criando um diferencial importante para estabelecer boa comunicação.

A equipe, independentemente do seu tamanho, deve ter a figura de um *Coordenador*. Este tem a responsabilidade de articular com os parceiros, fazer a programação, organizar a logística, mobilizar os participantes, coordenar e moderar as actividades, receber todas as fotos tiradas durante os seminários e reenviá-las para o arquivo do banco de dados.

Os restantes integrantes da equipe são chamados de *Mobilizadores* e têm como função dar apoio ao Coordenador em todas as actividades de planificação e logística, além de exercer um papel importante e activo durante a missão. São também responsáveis pela elaboração dos relatórios de campo e processamento dos dados obtidos em cadastros. O número de mobilizadores envolvidos dependerá das actividades previstas e do número de famílias envolvidas na acção.

Deve-se procurar também o envolvimento efectivo de parceiros nas actividades e na programação. A FAS entende como seus parceiros as instituições governamentais e não-governamentais locais, que, assim como as comunidades, também têm a sua participação no processo com indubitável valor.

Por fim, deve ser considerado o pessoal de apoio - as pessoas que prestarão serviços para a FAS (piloto de barco, motorista, cozinheira, etc.) podem ser eleitos dentre os próprios comunitários como contra partida nas actividades.

Preparação

Para todas as actividades, é preciso que se tenha bem claro o objectivo do seu exercício. Ou seja, é necessário ter claro o que se pretende trabalhar e que mudanças de atitudes ou compromissos são esperados do público.

Para isso, é importante:

1. Estar seguro do conteúdo que se pretende repassar;
2. Obter informações sobre o público alvo (crianças, adultos, mulheres, agricultores, professores, jovens, outros monitores, etc);
3. Ter sempre à disposição diversos materiais visuais (cartazes, tarjetas, álbuns seriados, etc.). Isto servirá para prender a atenção do público no assunto abordado.

Lembre-se que alguns aprendem vendo, outros fazendo e outros ouvindo. Às vezes é preciso, contudo, utilizar todos os recursos.

NB: Tarjeta: pequena caixa de texto que destaca alguma informação.

ii. Visita de preparação

A primeira actividade de campo para a implementação do Programa Bolsa Floresta é uma missão chamada *Precursora (visita de preparação)*. Esta tem o objectivo de levantar e/ou actualizar as informações da Unidade de Conservação em questão, para facilitar a planificação das acções de campo, considerando também os aspectos logísticos.

A actividade consiste basicamente na realização de um reconhecimento geral da UC, procurando obter as seguintes informações:

1. Aspectos demográficos: número de famílias por comunidade;
2. Infra-estrutura local: luz, som, espaço coberto, no caso de chuva;
3. Aspectos logísticos: acesso às comunidades em períodos de seca, locais onde a equipe pode pernoitar, etc.

Durante a Precursora, a equipe da FAS identifica os líderes locais e explica 'o que é FAS' e quais os seus objectivos na UC. Os líderes são estimulados a envolver a comunidade nos encontros seguintes, apoiando, inclusive, com a logística dos mesmos, sugerindo pontos de encontros e as melhores datas possíveis.

Nestas visitas, a equipe de Mobilizadores tem a oportunidade de convidar as famílias para participar no primeiro seminário formal do Programa, esclarecer dúvidas e encorajá-las a comparecer no evento. Por mais que a presença do esposo seja também fortemente incentivada, deve-se destacar que a beneficiária do componente Familiar é a esposa, sendo assim, indispensável a sua comparência.

A priorização do pagamento do componente Familiar para as mulheres decorre da evidência de que estas, normalmente, têm o conceito de família muito mais implantado e usam o recurso de forma que toda a família possa usufruir do benefício. Notou-se também que, em reuniões em que os homens são priorizados, as suas esposas e filhos ficam em casa. Entretanto, quando a presença da esposa é obrigatória, o seu esposo e filhos acompanham-na. Assim, além de ser uma forma de valorizar a mulher dentro da família, a presença de todo o núcleo familiar auxilia na tomada de decisão sobre a participação no programa e honrar o compromisso de conservar a floresta.

Procedimentos da missão de preparação:

Alguns aspectos práticos são importantes para o cumprimento dos objectivos da Precursora, tais como:

- 1.** Mapeamento da Unidade de Conservação – Localizar as comunidades dentro da UC, com o uso de GPS e uma imagem de satélite. Neste mapa devem ser também destacadas as possíveis dificuldades de acesso às comunidades e a distância existente entre elas. Estas informações irão auxiliar o planeamento logístico das futuras missões - calcular a quantidade de combustível, por exemplo.
- 2.** Mapeamento das comunidades – Elaborar mapas das comunidades, com a localização das casas e demais prédios comunitários (alpendre, igreja, centro social, moageiras, galpões, campo de futebol etc.). É importante que neste mapa também constem casas afastadas, com noções de distância e se destaque a forma de acesso às mesmas - contornos de rios, caminhos/picadas, estradas, lagos, etc.
- 3.** Público alvo das intervenções – Quantificar o número de comunidades e o número de famílias por comunidade;
- 4.** Mobilização – Deve-se aproveitar a viagem para convidar e mobilizar os moradores para as actividades futuras. Sugere-se a entrega de uma carta (ou outra forma de informação) aos líderes das comunidades, contendo um breve texto de apresentação da instituição e do Programa, data e local prováveis da próxima intervenção, telefones de contactos e nome do Coordenador da actividade;
- 5.** Organização logística – Levantar informações sobre a infraestrutura existente nas comunidades, para definir os locais adequados para a realização das demais actividades, tais como centros sociais ou escolas. Outros aspectos também devem ser observados para viabilizar a realização dos seminários, nomeadamente, como providenciar a limpeza do local do encontro; verificar a necessidade ou não de construção/reparos de sanitários; a existência de bancos e cadeiras suficientes; o levantamento de pessoas dispostas a ajudar no fornecimento de água, confecção de refeições, apoio nas actividades com as crianças; disponibilidade de utensílios de cozinha; entre outros que se julgarem relevantes.
- 6.** Contrapartida – por mais que a FAS assuma as despesas de alimentação básica (arroz, feijão, carne, etc.), é importante que a comunidade anfitriã e as visitantes concordem assumir a responsabilidade de fornecer os alimentos complementares, tais como legumes produzidos localmente e peixes.



Materiais necessários para a realização da visita de preparação:

- ✓ Ficha de levantamento comunitário (informações demográficas e infraestruturais);
- ✓ Carta ou outra forma de informação endereçada ao líder comunitário;
- ✓ Cópia do cronograma da visita;
- ✓ GPS;
- ✓ Máquina fotográfica;
- ✓ Prancheta, papel e lápis/caneta;
- ✓ Equipamento de Protecção Individual – EPI, com a obrigatoriedade de utilização por todos os envolvidos na missão;
- ✓ Computador portátil;
- ✓ Mapas da UC;
- ✓ Telefones dos parceiros locais.

iii. Levantamento Socio-ambiental

O levantamento socio-ambiental consiste no levantamento de informações mais específicas, voltadas principalmente para o reconhecimento da situação social e produtiva das comunidades inseridas dentro da UC, através do questionário comunitário. Aspectos como condições de moradia, actividades económicas e informações familiares são abordados dentro de um questionário aplicado ao agregado familiar.

Estas informações fornecem subsídios para a elaboração dos programas e projectos a serem desenvolvidos nas comunidades, indicando as potencialidades e as necessidades. Além disso, são importantes fontes de dados que servem como base comparativa para a avaliação do Programa Bolsa Floresta em termos de melhoria da qualidade de vida dos participantes.

Procedimentos do Levantamento Socio-ambiental

1. **Visita Domiciliar** – a aplicação do questionário socio-ambiental é realizada nas casas das famílias em questão. Todas as famílias da Unidade de Conservação são visitadas por um Mobilizador Social. Se na mesma casa morar, por exemplo, o pai e dois filhos casados, cada filho representará uma família diferente e deverá ser preenchido um formulário diferente por cada uma das famílias. O cuidado com a apresentação é importante! Antes de iniciar o questionário, o Mobilizador deverá explicar claramente o objectivo do mesmo para que a família entenda o porquê das perguntas que serão feitas.
2. **Foto da Família** - o Mobilizador deve pedir autorização para fazer uma foto com todos os membros da família entrevistada, de preferência em frente da residência. A fotografia só deve ser tirada mediante a assinatura de um membro da família autorizando o uso das suas imagens, para evitar possíveis problemas judiciais.
3. **Mobilização para o Seminário** – entrega da carta-convite às mulheres, na qual conste data, local, documentação necessária para cadastro no Programa. Aspectos logísticos também devem ser tratados, tais como verificar a disponibilidade de transporte próprio para a comunidade anfitriã do seminário. Contudo, deve-se ter cuidado de não garantir a doação de combustível ou outras despesas de transporte se tal não tiver sido pré-estabelecido pelo Coordenador.

iv. Pré-seminário

Esta actividade é apenas realizada nas comunidades que irão hospedar os seminários. O público-alvo do Pré-seminário são as lideranças da comunidade anfitriã - dirigentes da comunidade, agentes ambientais e/ou de saúde, professores, líderes religiosos e os anciãos.

O objectivo da actividade é esclarecer os motivos da presença da equipe naquela Unidade de Conservação, explicar o Programa Bolsa Floresta e informar sobre a Acção de Formação que irá decorrer na comunidade, relatando as informações mais relevantes da actividade. É fundamental destacar a importância das lideranças como actores chave da acção formativa, principalmente como planeadores, executores e avaliadores do processo participativo.

Esta actividade deve ocorrer com, no mínimo, três dias de antecedência, relativamente à data do seminário, a fim de permitir que sejam tomadas as providências necessárias.

Procedimentos do Pré-seminário

1. **Reunião com a liderança comunitária** – deve ser realizada três dias antes da data do seminário, no mínimo, com as lideranças da comunidade anfitriã, explicando com detalhe o Programa Bolsa Floresta e os objectivos do seminário.
2. **Logística** –devem ser acertados detalhes logísticos, previamente, tais como limpeza do local de encontro, alojamento, equipe de cozinha, etc. Deve-se também acordar o local de realização do seminário, verificar o seu sistema de iluminação e outras condições de acordo com o contexto.
3. **Registo** – registrar as decisões tomadas em acta e criar condições para a sua execução. Em seguida, a equipe deve ficar atenta para verificar se as providências estão de facto a ser tomadas e, caso necessário, intervir no processo, de forma a contribuir para o engajamento da comunidade nas actividades.

b. SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO PROGRAMA BOLSA FLORESTA E CAPACITAÇÃO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os seminários da componente Familiar são divididos em duas partes: **Seminários de Formação**, nas quais se promove o debate com os comunitários a cerca dos assuntos que compõem o Programa Bolsa Floresta e **Cadastro** das famílias interessadas em participar do mesmo.



O Seminário de Formação tem como objectivo não só apresentar o Programa, mas também trabalhar com as comunidades, a partir das suas próprias experiências, sua relação com o meio ambiente e promover a construção de um acordo de compromisso entre o comunitário, a FAS e o meio ambiente. A importância da conservação das florestas tanto em escala, para a contenção do aquecimento global, como para a subsistência local deve ser abordada, de forma que as comunidades percebam como as suas próprias acções acarretam consequências para si e para a sociedade como um todo.

A programação deve ser desenvolvida ao longo de dois dias, mas devem ser levadas em consideração as especificidades do local e as exigências metodológicas estabelecidas, bem como as estratégias e metas traçadas. Os seminários devem ser marcados, preferencialmente, para os finais de semana, de modo que as comunidades possam manter as suas actividades rotineiras durante os dias úteis da semana.

O Cadastro/Acordo de Compromisso consiste na inscrição das mulheres interessadas em participar no Programa Bolsa Floresta, mediante a assinatura de um termo de compromisso com o desmatamento zero. Participar no seminário é um pré-requisito obrigatório para ser beneficiado pelo PBF. Para realizar o cadastro, devem ser atendidos os pré-requisitos abaixo:

- Ter mais de 18 anos de idade;
- Ser morador da Unidade de Conservação há mais de dois anos ou utente há mais de quatro anos;
- Possuir CPF⁵ e RG⁶.

Após a produção dos cartões, faz-se uma nova visita para a sua entrega às famílias. A partir deste momento, inicia-se o pagamento do Programa Bolsa Floresta Familiar. Sempre que possível, deve-se avisar a liderança das comunidades sobre a data prevista para a entrega dos cartões, para permitir que as famílias se organizem e estejam no local para os receber. Apenas o esposo pode ser o representante da família, no caso de ausência da esposa no momento da visita, mediante a apresentação dos documentos daquela.

c. SEMINÁRIOS DA COMPONENTE ASSOCIAÇÃO

A segunda etapa de implementação do Programa Bolsa Floresta consiste na organização social da Unidade de Conservação, por meio da criação de uma Associação Mãe, representando os interesses de todas as comunidades da região.

Um resultado do Seminário do componente Associação é a entrega do **Manual de Gestão dos Bens Comunitários**. Este guia enfatiza a responsabilidade das comunidades com os equipamentos a eles destinados através do Bolsa Floresta. É importante que as comunidades tenham a consciência de que os equipamentos

⁵ CPF: Cadastro de Pessoa Física. Documento que simboliza o registro de cidadãos brasileiros ou estrangeiros legais e armazena informações pessoais do contribuinte no sistema da Receita Federal.

⁶ RG: Registro Geral, trata-se da cédula de identidade de cidadãos brasileiros.

pertencem ao colectivo e o cuidado com os mesmos também deve ser garantido por todos.

Para o componente Associação é obrigatória a presença de todos os directores da Associação da Unidade de Conservação. Nesse ambiente é fundamental a discussão da necessidade de se estabelecer uma representação mais ampla para os interesses de um conjunto de comunidades. Nesse seminário trabalham-se os princípios dos investimentos na associação, no sentido de garantir uma vida associativa saudável para a associação. Os recursos destinam-se a financiar as reuniões associativas necessárias, tanto no nível da coordenação como das assembleias gerais.

d. SEMINÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA RENDA E SOCIAL: planos de investimento em renda e melhorias sociais

Os seminários referentes às componentes Social e Geração de Renda podem ocorrer simultaneamente, quando a planificação do desembolso dos recursos permitir que os investimentos nas duas áreas sejam realizados simultaneamente ou em intervalos curtos. É fundamental ficar claro aos líderes presentes que, seguindo os princípios estabelecidos pelo PBF, a decisão dos investimentos é responsabilidade dos membros da comunidade, representados pela liderança. Os investimentos devem responder às prioridades estabelecidas pela colectividade, podendo ser ao nível de toda a comunidade, grupos dentro da comunidade ou toda a área da reserva. Deve-se tomar em conta, contudo, o facto de que não podem gerar desmatamento.

Estes seminários têm como objectivo promover o debate com os membros das comunidades para a definição dos investimentos. Assim, é de suma importância que sejam muito bem esclarecidos os objectivos das diversas componentes e os investimentos previstos.

Muitas vezes, as Unidades de Conservação são divididas em Pólos, constituídos por comunidades mais próximas. Nestes casos, diferentes investimentos podem ser acordados, visando atender de forma mais apropriada aos interesses destas comunidades.

É fundamental que as comunidades façam reuniões preliminares ao seminário, de modo que se preparem para partilhar informação sobre os seus interesses e facilitar o debate.

O moderador tem papel fundamental nestas oficinas e é importante que ele esteja muito bem preparado e seguro sobre o conteúdo a ser apresentado e a forma de coordenar a actividade.

Procedimentos dos Seminários dos Componentes ‘Renda’ e ‘Social’

1. Apresentação – o moderador deve repetir os objectivos dos componentes para que as dúvidas dos participantes sejam esclarecidas.
2. Debate – um mobilizador deve ser o redactor do seminário, anotando os principais pontos discutidos e as decisões tomadas. Enquanto isso, o coordenador anota, de maneira visível a todos, os interesses dos membros da comunidade em cartolinas.
3. Contrapartidas – as comunidades devem ter contrapartidas claras em todos os investimentos a serem realizados. Tais atribuições também devem ficar expostas, junto aos investimentos.
4. Conclusão – o moderador deve recapitular as definições feitas e destacar as ações de responsabilidade da FAS e as contrapartidas das comunidades.

Para os seminários destas componentes são convidados até quatro (4) líderes de cada comunidade, sendo preferencialmente: um ou uma jovem, uma representante de mulheres, presidente da comunidade e um outro representante de agentes de saúde, parteiras tradicionais, médicos tradicionais (curandeiros), professores, catequistas entre outros.

O resultado destes seminários é um mapa com os investimentos previstos por comunidade, que serve para orientar a planificação interna da entrega dos benefícios e também a abrangência espacial das acções. A Figura 3 é um exemplo de um destes mapas de investimento.

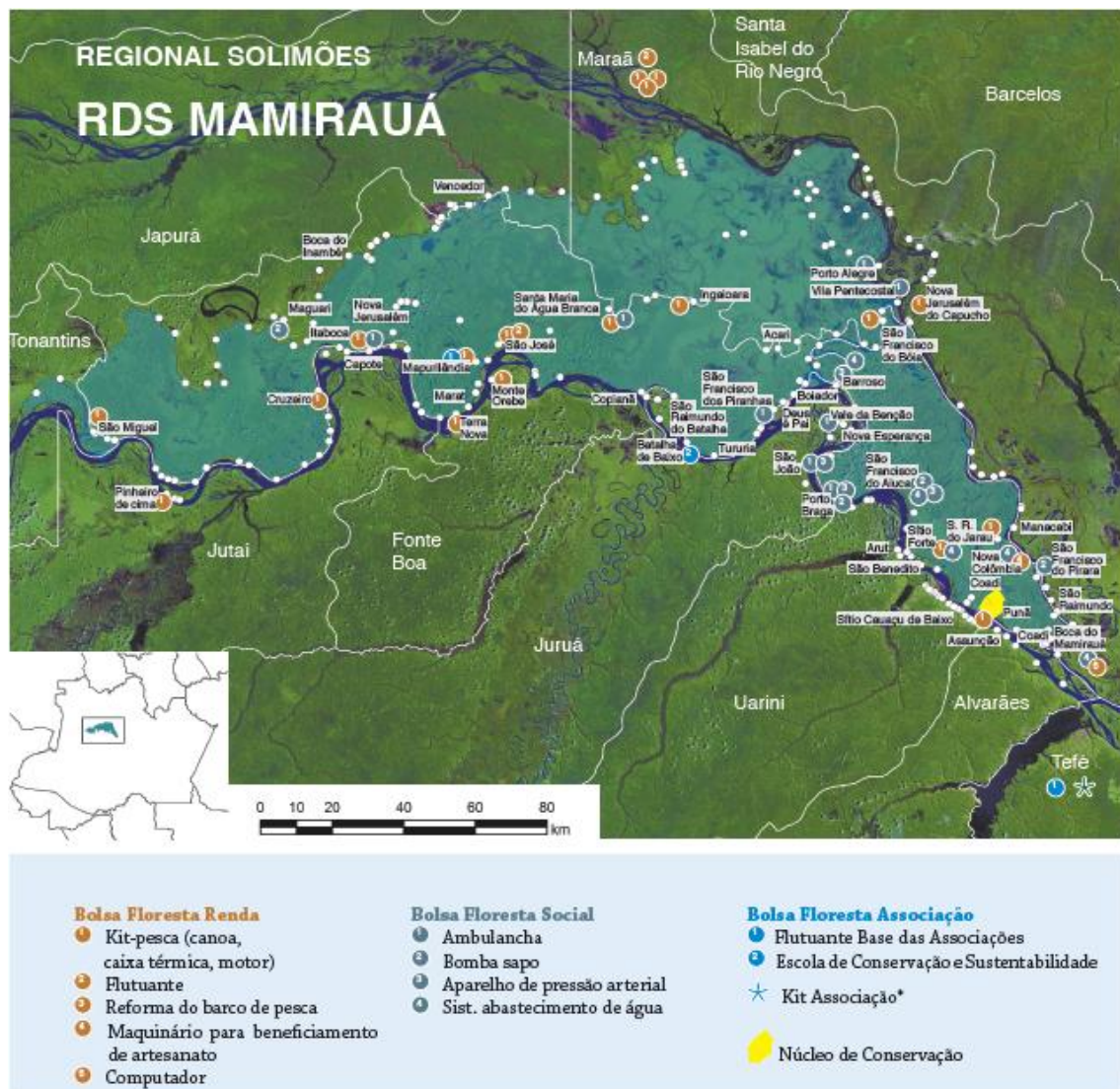


Figura 2. Mapa de investimentos nas comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no Amazonas, Brasil

3.3 AVALIAÇÃO DOS SEMINÁRIOS

a. AVALIAÇÃO PONTUAL

Como se trata de uma acção de construção colectiva, na qual os participantes são co-responsáveis pelo evento, antes do encerramento das actividades de cada dia, deve-se fazer uma rodada de avaliação, tendo sempre como referência os objectivos dos trabalhos.

O ideal é que esta avaliação seja feita em grupo e apresentada na plenária, destacando-se sempre os pontos positivos e os negativos dos diferentes aspectos trabalhados. Para estes últimos, a plenária deve discutir possíveis soluções de forma que todos os participantes actuem neste processo de melhorias contínuas.

Para uma avaliação do Programa em si, a FAS também acredita na utilização de métodos participativos, através da condução de pesquisas de opinião e da chamada Matriz de Sustentabilidade, melhor descritas no Capítulo 5.

b. O CENÁRIO DO SEMINÁRIO

Todos os materiais produzidos no seminário devem ser tratados com cuidado e respeito. Além da ornamentação feita pela comunidade, a FAS utiliza espaços para expor os produtos do seminário: as expectativas, o acordo de convivência, as conclusões, as caricaturas e as expressões espontâneas, os murais de recados e de achados e perdidos, o 'canto da dúvida', os painéis de assinatura de presença, etc.

c. PROCESSAMENTO DOS DADOS E ARQUIVOS

Fotos, cadastros, actas e relatórios individuais dos mobilizadores envolvidos devem ser processados e armazenados num banco de dados. Estes auxiliam na planificação das actividades futuras e também na identificação de problemas e sucessos a serem replicados.

d. CONCLUSÕES E ACÇÕES DE SEGUIMENTO

É importante que a equipe, no final da actividade, se reúna com a coordenação geral para relatar a experiência vivida. O alinhamento interno é muito importante dentro de um processo participativo. Sugere-se que os membros da equipe avaliem o seu próprio desempenho e sugiram melhorias.

A planificação das actividades futuras deve basear-se nestas avaliações. Deve, igualmente, ser feita uma lista e disponibilizada a todos os envolvidos, com os encaminhamentos e os responsáveis pelos mesmos. É responsabilidade do coordenador acompanhar a efectivação das acções acordadas.

3.4. MATRIZ DE SUSTENTABILIDADE: UMA FERRAMENTA DE PLANIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

A Matriz de Sustentabilidade é um instrumento metodológico participativo, que tem como objectivo analisar a situação actual das comunidades, no sentido de avaliar e planejar acções ou actividades voltadas para os aspectos sociais, económicos e ambientais.

Foi criada pela Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), durante o processo de licenciamento do Gasoduto Coari-Manaus, em que a participação das comunidades afectadas foi de fundamental importância em todo o processo, alterando inclusive o traçado original do projecto (CEPAL, 2007). Além disso, os investimentos oriundos dos recursos obtidos pela compensação ambiental do empreendimento foram decididos pelas comunidades, por meio, principalmente, da aplicação da Matriz de Sustentabilidade.

Esta metodologia foi adaptada para o contexto do Programa Bolsa Floresta. Foi testada em algumas Unidades de Conservação e está em fase inicial de utilização.

A matriz é composta por diversos aspectos do desenvolvimento comunitário que permitem uma análise global da situação da comunidade em relação à saúde, educação, transporte, manejo, comercialização, etc. A matriz também permite visualizar o nível de sustentabilidade que os moradores almejam para tais aspectos.

Além disso, a Matriz de Sustentabilidade serve também como instrumento de planejamento, orientando os membros da comunidade a decidirem a melhor forma de investir os recursos do Programa Bolsa Floresta.

A Matriz de Sustentabilidade será aplicada em todas as comunidades que fazem parte do Programa Bolsa Floresta, como uma maneira de facilitar o processo de diagnóstico, planificação e monitoramento dos componentes geração de renda, social e associação do PBF.

São avaliados, através da Matriz, 21 aspectos (Tabela 2), para determinar a situação da comunidade, em relação ao nível de sustentabilidade esperado (Figura 3).

Tabela 2. Aspectos importantes na avaliação de sustentabilidade e qualidade de vida considerados na matriz

Aspectos da Matriz de Sustentabilidade		
Agricultura familiar	Benefícios monetários	Educação
Produtos Madeireiros e Não-Madeireiros	Transporte	Saúde
Pesca	Comercialização	Habitação
Aquicultura	Documentação pessoal	Energia
Manejo de florestas e tecnologia	Comunicação	Lixo
Assistência técnica	Organização social	Água
Acesso ao crédito	Cultura e lazer	Esgoto



Figura 3. Níveis de sustentabilidade contemplados na Matriz

Fonte: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Gasoduto Coari-Manaus (2004)

3.4.1 A Matriz como ferramenta de avaliação participativa das comunidades

“No vosso entendimento, o que significa sustentabilidade?”

O primeiro passo da aplicação da Matriz de Sustentabilidade é definir sustentabilidade na visão dos membros da comunidade, ou seja, os conceitos que povoam a sua imaginação quando ouvem ou falam sobre sustentabilidade.

Depois, para cada aspecto, deve-se conceituar a situação que define cada um dos graus de sustentabilidade da matriz.

A cor **VERMELHA** indica que a situação é **CRÍTICA**.

Estabelece uma situação de exclusão, de ausência ou precariedade em termos de organização, bem-estar social e produção. Trata-se de uma situação limite. A subsistência é a única motivação deste nível.

A cor **LARANJA** indica que a situação é **REGULAR**.

Define uma situação básica, com formas simples de organização, bem-estar social e produção. Trata-se de uma situação na qual as necessidades sociais e produtivas são minimamente satisfeitas.

A cor **AMARELA** indica que a situação é **BOA**.

Demonstra uma situação de desenvolvimento comunitário, com formas mais estruturadas de organização, bem-estar social e produtivo. Trata-se de uma situação promissora de desenvolvimento.

A cor **VERDE** indica a situação **DESEJADA**.

Demonstra uma situação de independência da comunidade, com formas desenvolvidas, autonomia de organização, bem-estar social e produtivo. Trata-se de uma situação de desenvolvimento a longo prazo.

É importante lembrar que há uma tendência de a comunidade avaliar negativamente a sua situação, dando a entender que é crítica, ou seja, pinta a “vermelho” os aspectos analisados para obter maiores benefícios e investimentos. Para evitar isso, o moderador deve orientar a comunidade, antes de iniciar a Matriz de Sustentabilidade, que nem sempre a prioridade da comunidade recai sobre os aspectos em vermelho.

É perfeitamente possível a comunidade decidir que um aspecto em laranja deva transformar-se em amarelo, ou que um aspecto em amarelo se transforme em verde, dada a sua importância e relevância para a comunidade.

É comum no momento da construção colectiva da Matriz de Sustentabilidade dar-se menor importância ao quarto nível (cor verde) como se o principal objectivo da Matriz de Sustentabilidade fosse o de caracterizar a comunidade, restringindo-se aos primeiros níveis. É igualmente importante oferecer à comunidade a oportunidade de discutir as situações desejadas ou ideais de sustentabilidade para se criarem boas referências de desenvolvimento comunitário.

3.4.2 A Matriz como Ferramenta de Construção de Futuro

A construção de futuro é importante para definir uma visão de longo prazo da comunidade. Ela serve para alinhar as decisões das comunidades em relação aos investimentos de curto e médio prazo.

A matriz é também uma ferramenta útil na definição das acções necessárias para que se avance rumo aos estágios mais avançados de sustentabilidade nos diferentes aspectos considerados.

É preciso dimensionar os recursos necessários para se atingir o nível de sustentabilidade pretendido e, caso necessário, adequá-lo às possibilidades reais. Definir as acções e prazos de cumprimento é também de suma importância neste momento da planificação.

Essas acções não devem ser confundidas com as metas de cada nível. As acções são os meios para se alcançar um novo nível de sustentabilidade e, em geral, incluem muitas outras pequenas acções, tais como: reuniões de planificação, construção de acordos, ajuda mútua⁷ na preparação das áreas de cultivo, elaboração de inventários florestais, elaboração de planos de comercialização, ajuda mútua na construção de moradias, solicitação de agentes de saúde para a comunidade, etc.

Nesse momento, é importante priorizar algumas mudanças que realmente levarão a comunidade a dar um “salto” de um nível para o outro. Assim, evita-se uma tendência bastante comum entre os projectos de desenvolvimento comunitário, a elaboração de planos muito complexos, que podem gerar expectativas falsas e frustrações.

⁷ Conhecida como ‘mutirões’ no Brasil - Força-tarefa de ajuda mútua. Tem carácter voluntário e geralmente está associado a obras de infraestrutura ou limpeza.

4. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA

De forma a viabilizar uma avaliação do Programa Bolsa Floresta, a FAS procurou outras duas formas de averiguar o grau de contentamento dos beneficiários do Programa – pesquisas de opinião e parcerias de pesquisa voltadas à avaliação dos impactos do mesmo.

Contrariamente à Matriz de Sustentabilidade, a actividade do Programa é conduzida pela equipe da FAS junto às comunidades. Estes métodos envolvem partes independentes da FAS na sua aplicação. Isto permite que pessoas que, talvez, não se sintam à vontade para responder com sinceridade sobre o Programa para funcionários da FAS o façam, aumentando a efectividade das avaliações.

4.1 PESQUISAS DE OPINIÃO

Após 4 anos de funcionamento, é possível aprender algumas lições práticas e estratégicas sobre a experiência do Programa Bolsa Floresta e o contexto em que opera. Foi realizada uma pesquisa de opinião da população local, em três Unidades de Conservação, sobre o PBF, seus impactos, percepções da população em relação à sua própria vida, às comunidades e às reservas em que vive. Além de subsidiar a melhoria da gestão do programa, a pesquisa teve como objectivo gerar conhecimento para guiar outras iniciativas de pagamentos por serviços ambientais no Brasil e em outros países.

As pesquisas de opinião são uma forma complementar de obter informações sobre os resultados das acções do Programa Bolsa Floresta, do ponto de vista de diferentes actores do processo. A pesquisa foi realizada por uma empresa brasileira denominada Action.

O estudo foi conduzido em três Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS): Uatumã, Rio Negro e Juma. A selecção dessas três reservas foi parcialmente determinada por questões logísticas, já que o acesso é fácil, comparativamente à maioria das outras 12 unidades de conservação onde o PBF opera. No entanto, as condições sociais, económicas e ambientais dessas reservas são, de modo geral, similares às outras reservas. Como ferramenta de gestão, o PBF pretende ampliar a pesquisa de opinião para incluir as outras reservas no futuro.

A pesquisa de opinião foi conduzida pela empresa Action, Pesquisas de Mercado⁸.

O instrumento da pesquisa foi um questionário estruturado de acordo com os objectivos específicos do estudo, composto por perguntas fechadas escalonadas, numéricas e abertas. O levantamento foi feito por meio de entrevista face-a-face. As perguntas foram formalizadas, padronizadas e estruturadas e as opções de resposta foram fechadas ou abertas. No caso das respostas fechadas, as escalas das

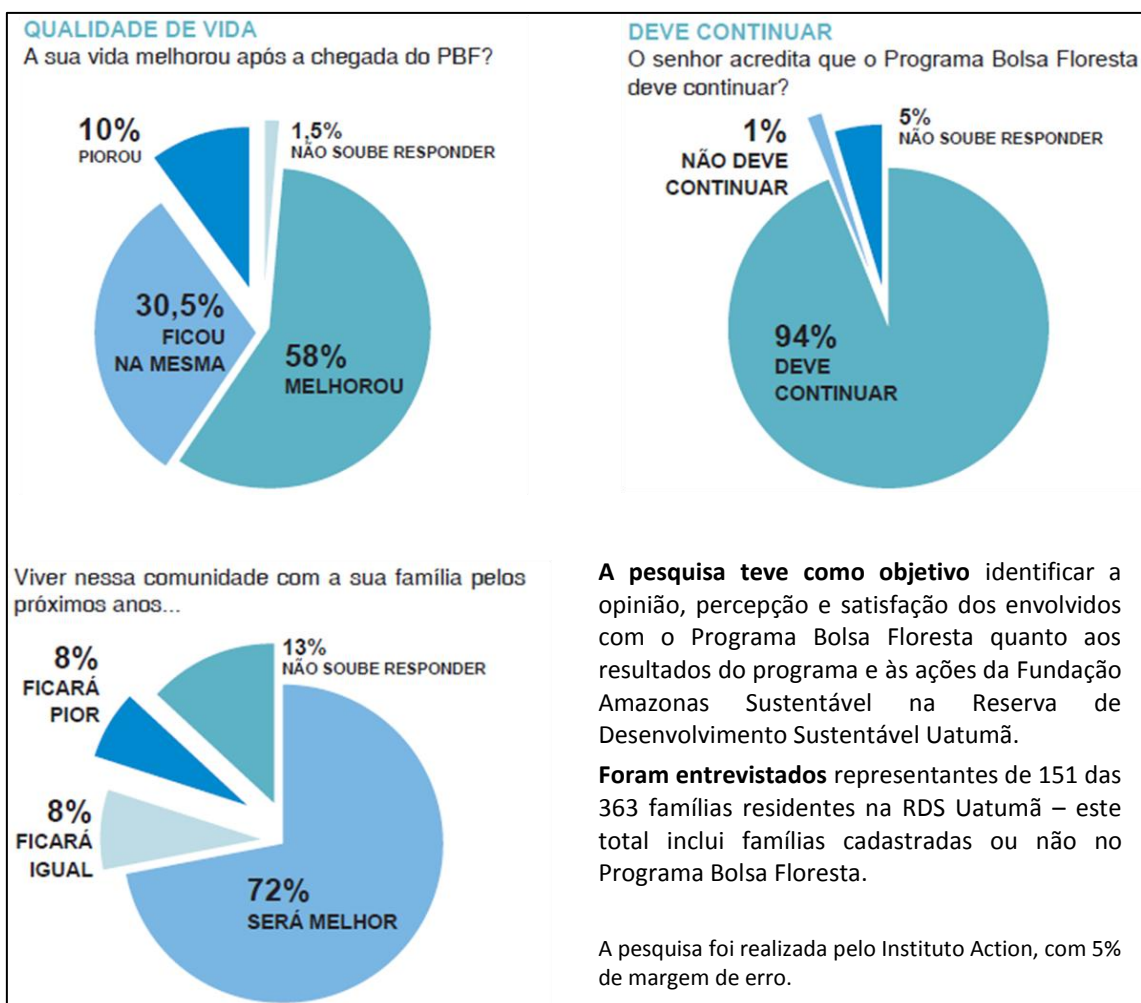
⁸ Sediada em Manaus, esta empresa foi fundada em 1996 e realiza pesquisas de opinião para entidades políticas (eleitorais), privadas e organizações sem fins lucrativos.

respostas foram de múltipla escolha do tipo likert (escala de 1-5 que vai de “concordo totalmente” ao “discordo totalmente”).

O questionário procura identificar a visão dos entrevistados sobre a FAS, a forma como o PBF é implementado, as melhorias na qualidade de vida das comunidades em consequência do programa e sobre a sua contribuição para as mudanças de comportamento em relação à adopção de práticas de conservação. A pesquisa irá identificar também o nível de compreensão dos diferentes grupos de actores em relação ao próprio programa e os principais pontos positivos e negativos dos diferentes componentes.

O universo desta pesquisa foi composto pelas famílias cadastradas ou não no Programa Bolsa Floresta nas RDS do Uatumã, Juma e Rio Negro, conforme informações cedidas pela FAS. Enquanto a FAS forneceu o transporte aos locais de colecta de dados e hospedagem da equipe de campo, a colecta de dados foi realizada de forma independente pela empresa, sem a presença dos funcionários da FAS.

Além de questões de cunho socioeconómico, foram feitas questões para analisar o grau de compreensão e aceitação do Programa Bolsa Floresta, além de colher sugestões para a sua melhoria. O quadro resume os resultados da aplicação deste instrumento.



4.2 PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

A FAS tem procurado estabelecer parcerias com instituições de pesquisa que possuam alto reconhecimento nacional e internacional para auxiliar no processo de avaliação do PBF.

Actualmente, possui uma parceria com o Centro Internacional de Pesquisas Florestais (CIFOR) para desenvolver a pesquisa “Impactos do Programa Bolsa Floresta na valoração de florestas por comunidades e usuários de terra no Estado do Amazonas”.

Este estudo tem como objectivo identificar lições aprendidas das experiências dos primeiros três anos de execução do PBF para o aperfeiçoamento da sua estratégia de intervenção e como insumo para o desenho de iniciativas REDD+ no Brasil e em outros países tropicais⁹.

Para atingir este objectivo, propõem-se as seguintes perguntas norteadoras de pesquisa:

1. Quais as mudanças observadas na dinâmica do uso de terra, desde o início do PBF -- de modo geral e nas duas UC seleccionadas e suas proximidades, especificamente?
2. Para as duas Unidades de Conservação seleccionadas: quais as mudanças na percepção e avaliação da floresta pelos moradores de UC em função de cada componente do PBF (Renda, Social, Associação, Familiar)?
3. Para as duas UC seleccionadas: quais as mudanças na percepção e avaliação dos seus recursos florestais pelos usuários de terra localizados no entorno das unidades?
4. Para as duas UC seleccionadas: qual o papel do contexto local institucional na determinação das mudanças observadas?
5. Qual a percepção dos moradores e beneficiários do programa sobre os argumentos do Programa Bolsa Floresta, relacionados às mudanças climáticas e a Floresta Amazónica?
6. Qual a propensão a conservar a partir do compromisso assinado?
7. Quais são as recomendações para o contínuo aperfeiçoamento do Programa Bolsa floresta?

Para atingir estas respostas, têm sido desenvolvidas análises de campo em termos de mudanças no uso da terra, por meio de imagens de satélite e GPS, entrevistas com famílias participantes e não participantes do Programa, dentro e nos arredores de duas UCs.

⁹ Por exemplo, através da integração das actividades, no âmbito do Estudo Global Comparativo de REDD+ do CIFOR.

5. CONCLUSÕES

O presente documento apresenta a experiência da FAS na implementação do Programa Bolsa Floresta no Estado do Amazonas, Brasil.

Este manual foi desenvolvido como parte da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique e ilustra o grande interesse existente por parte de outros países de conhecer o funcionamento do Programa Bolsa Floresta. Contudo, deve-se sublinhar que a experiência deste programa não pode ser aplicada como se fosse uma forma de bolo a outros contextos – sociais, económicos e biofísicos. Ainda assim, acreditamos que possa servir de inspiração para os formuladores de iniciativas de REDD+ em Moçambique e noutros países.

A implementação do Programa Bolsa Floresta é baseada no envolvimento e na participação das comunidades locais, colocadas no centro de tomada de decisão sobre grande parte dos investimentos oriundos do Programa. É fundamental o reconhecimento dado a essas populações quanto ao seu papel na conservação das florestas.

A planificação participativa deve ser seguida de ferramentas de avaliação, também participativas. A aplicação da matriz de sustentabilidade e avaliações independentes, tal como a realizada pela empresa Action, são ferramentas de grande utilidade para a melhoria da implementação dos programas de REDD+.

Por fim, é importante ressaltar que o Programa Bolsa Floresta é parte de um processo vivo e em constante processo de aperfeiçoamento. Sugerimos aos interessados, consultar a página da FAS (www.fas-amazonas.org) para obter informações mais actualizadas sobre os métodos e resultados do Programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Angelsen, A.(ed.). 2008. Moving ahead with with REDD: Issues,options and implications. CIFOR, Bogor, Indonesia
- Bapna, M. (2009) Forests, Climate Change and the Challenge of REDD. Disponível em <http://www.wri.org/stories/2010/03/forests-climate-change-and-challenge-redd>
- BRASIL, 2000. Lei Nº 9.985 de 18 de Julho de 2000
- Brockhaus, M.; Di Gregorio, M.; Wertz-Kanounnikoff, S. Guide for country profiles - Global Comparative Study on REDD (GCS-REDD): Component 1 on National REDD+ Policies and Processes. CIFOR, Indonesia, 2012.
- Calmel M. , 2010. REDD at project scale. Development and evaluation guide. ONFI, CEPAL, AFD
- CGEE, IPAM, SAE/PR (2011). REDD no Brasil: um enfoque amazônico: fundamentos, critérios e estruturas institucionais param um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REDD. - Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.
- Cenamo, M.C., Pavan, M.N., Campos, M.T., Barros, A.C., Carvalho, F.. Guia sobre Projetos de REDD+ na América Latina. Manaus, Brasil: 96 pg. 2010
- CEPAL. 2007. Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas. Santiago, Chile: Nações Unidas, 2007.
- Chambers, R. (2002). *Participatory Workshops: a sourcebook of 21 sets of ideas and activities*. London: Earthscan.
- Ethos, 2012. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Glossário. Disponível em http://www.uniethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/glossario/
- Jagger, P., Sills, E.O., Lawlor, K., and Sunderlin, W.D. 2010 A guide to learning about livelihoods impacts of REDD+ projects. Occasional paper 56. CIFOR, Bogor, Indonesia.
- Nhancale, B.A, Mananze, S.E., Dista, N.F., Nhantumbo, I. Macqueen, D.J. 2009 Small and médium forest enterprises in Mozambique. IIED Small and Medium Enterprise Series No. 25. Centro Terra Viva and International Institute for Environment and Development, London, UK
- EPRI. Overview of Subnational Programs to Reduce Emissions from Deforestation and Forest Degradation (REDD) as Part of the Governors' Climate and Forests Task Force*. EPRI, Palo Alto, CA: 2012. 1023811.
- Paula, J. (2005). Desenvolvimento e gestão compartilhada. SEBRAE.
- PIRES, L.M.L. Fortalecendo Vozes para Melhores Escolhas: Aprendizados sobre a construção de agendas sectoriais para governação florestal no Acre. Escritório

Regional para a América do Sul: União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN, 2010.

Richards, M. & Panfil. *Manual for Social Impact Assessment of Land-Based Carbon Projects. Version 1*. Washington, D.C.: Forest Trends, Climate, Community & Biodiversity Alliance, Rainforest Alliance and Fauna & Flora International, 2010.

Seehusen & Prem, 2011. Por que pagamentos por serviços ambientais? In: Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios / Fátima Becker Guedes e Susan Edda Seehusen; Organizadoras. – Brasília: MMA, 2011.

Silva, F.D.A (2008). Planejamento e avaliação educacional no exercício profissional docente. Publicado em 04/08/2008. Disponível em <http://www.partes.com.br/educacao/planejamentoeavaliacao.asp>

UN-REDD (2012). About REDD+. Disponível em <http://www.un-redd.org/AboutREDD/tabid/582/Default.aspx>

Valle, R.S.T (2010). Desmatamento evitado (REDD) e povos indígenas: experiências, desafios e oportunidades no contexto amazônico/ [organizador Raul Silva Telles do Valle]. São Paulo: Instituto Socio-ambiental; Washington, EUA: Forest Trends, 2010.

Vasconcellos, C. dos S. (2000). Planejamento: projecto de ensino aprendizagem e projecto político-pedagógico. 9 ed. São Paulo: Libertad.

Vatn, A., Angelsen, A. Options for a national REDD+ architecture. In: Realising REDD+: National strategy and policy options. CIFOR, Bogor, Indonesia

Viana, V.M. (1999). Envolvimento Sustentável e Conservação das Florestas Brasileiras. In: Ambiente & Sociedade, 1999, 2(5): 241-244

Viana, V.M., Mendes, N.T., Mendes, A.T. (coord) Jardinagem florestal participativa no projeto de assentamento agroextrativista Chico Mendes, Xapuri, 2002.

Viana, V.M., May, P., Lago, L., Dubois, O., Grieg-Gran, M. Instrumentos para o manejo sustentável do sector florestal privado no Brasil. Uma análise das necessidades, desafios e oportunidades para o manejo de florestas naturais e plantações florestais de pequena escala. Série Instruments for sustainable private sector forestry (Instrumentos para um Sector Florestal Privado Sustentável), International Institute for Environment and Development, Londres, 2002.

Viana, V., Cenamo, M., Ribenboim, G., Tezza, J., Pavan, M. (2008). Reserva de Desenvolvimento Sustentável do JUMA: O Primeiro Projeto de REDD na Amazônia Brasileira. Fundação Amazonas Sustentável. Manaus, 2008

Viana, V.M. (2009a). Conhecendo o REDD na Amazônia: um ganho para pessoas, árvores e clima. IIED, junho de 2009.

Viana, V. M. Financiando REDD: mesclando o mercado com fundos de governo. IIED, 2009

Viana, V.M. (2009c). Zona Franca Verde, Bolsa Floresta e Envolvimento Sustentável no Amazonas: novos paradigmas para o futuro da Amazônia. In: Amazônia, responsabilidade de todos!/ Cícero Amâncio de Oliveira, Jemima Gonçalves Pinto (orgs.) – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.pgs 23-40

Viana, V. M. Sustainable Development in Practice: lessons learned from Amazonas. Environmental Governance N°3. International Institute for Environment and Development, London, 2010.

